

-----**ACTA**-----

-----**Acta da reunião ordinária de 6 de Fevereiro de 2006**-----

-----Aos seis dias do mês de Fevereiro de dois mil e seis nesta cidade de Almeirim e na Sala das Sessões da Câmara Municipal de Almeirim, encontrando-se presente a Chefe de Repartição, Graciete Maria do Pereiro Romão, compareceram para a reunião de hoje, os membros da Câmara deste Concelho, Excelentíssimos Senhores:-----

-----Vice-Presidente Francisco Manuel Maurício do Rosário e Vereadores Maria Manuela dos Santos Ferreira Cunha, Pedro Miguel César Ribeiro, Maria Joana Vidinha Batista e Morais Silvestre, Pedro Miguel Sirgado Pisco dos Santos e José Carlos Silva.-----

-Faltou o Sr. Presidente da Câmara, cuja falta foi considerada justificada.-----

-----Sendo quinze horas assumiu a presidência o Senhor Vice-Presidente da Câmara, após a que os restantes autarcas tomaram os seus lugares, tendo aquele declarado aberta a reunião.-----

-----**PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA**-----

-----No Período Antes da Ordem do Dia usaram da palavra os Srs. Autarcas:-----

-----VALA DE ALPIARÇA - Sr. Vereador Pedro Pisco dos Santos que apresentou o requerimento que leu e a seguir se transcreve:-----

-----"Pedido de informação à Comissão Coordenadora do Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo sobre a vala de Alpiarça - Requerimento número um/CM/PSD/zero seis.-----.

-----Pedro Pisco dos Santos, Vereador do PPD/PSD-Partido Social Democrata, vem, ao abrigo do artigo quarto do Estatuto dos Eleitos Locais, solicitar a V.Ex^a que se digne providenciar junto da Comissão Coordenadora Desenvolvimento Regional Lisboa e vale do Tejo (CCDR-LVT), pelo envio dos(s) relatório(s) referente(s) à Vala de Alpiarça, com base nos seguintes fundamentos:-----

-----O Decreto-Lei número cento e cinquenta e dois/noventa e sete, de dezanove de Junho, alterado pelo Decreto-Lei número

trezentos e quarenta e oito / noventa e oito, de nove de Novembro e pelo decreto Lei número cento e quarenta e nove/dois mil e quatro de vinte e dois de Junho , que procederam à revisão das zonas sensíveis e menos sensíveis (anexos um e dois).transpôs para a ordem jurídica interna portuguesa a Directiva comunitária número noventa e um/duzentos e setenta e um/CEE, de vinte e um de Maio, do Conselho, relativa ao tratamento de águas residuais urbanas no meio aquático, tendo aprovado, consequentemente, a lista de identificação de zonas sensíveis e menos sensíveis, bem como os respectivos mapas em anexo, Decreto- Lei número cento e setenta e dois/dois mil e um, de vinte e seis de Maio procedeu à alteração do mapa das zonas sensíveis e menos sensíveis no citado diploma legal.-----
-----Ora, segundo o citado diploma legal, a Vale de Alpiarça e o troço do Rio Tejo desde a confluência com a Vala de Alpiarça até à confluência com a Ribeira de Magos, é considerada zona sensível, dado que preenche os critérios previstos na Directiva Comunitária número setenta e cinco/quatrocentos e quarenta/CEE;-
-----Por outro lado, a Lei número cento e cinquenta e nove/noventa e nove, de catorze de Setembro, prevê uma partilha de atribuições e competências entre a Administração central e a Autárquica (artigo décimo terceiro, número um, alínea um)), no que concerne ao meio ambiente, na esteira do previsto, de forma programática, na Lei de Bases do Ambiente;-----
-----Com efeito, o artigo vigésimo sexto, número um, alíneas a) e b) da lei número cento e cinquenta e nove/noventa e nove de catorze de Setembro, dispõe que "é da competência dos órgãos municipais o planeamento, a gestão de equipamentos e a realização de investimentos" no domínio do abastecimento de água e tratamento de águas residuais urbanas;-----
-----Assim:-----
-----Nos termos da Lei número vinte e nove/oitenta e sete , de trinta de Junho (Estatuto dos Eleitos Locais), solicita-se a V.Ex^a que promova junto da Comissão Coordenadora do Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo, as seguintes informações:-----

-----a) Caracterização química e bacteriológica da água da Vala de Alpiarça, com vista a apurar a qualidade da mesma.-----

-----b) Identificação de potenciais fontes poluidoras da Vala Alpiarça;-----

-----c) Caracterização analítica do efluente da ETAR Almeirim/Alpiarça;-----

-----d) Registo de licenças de descarga de águas residuais na linha de água referida, se existirem;-----

-----e) Qual o impacto dessas descargas no meio ambiente? Constitui perigo para a saúde pública?-----

-----f) Eventuais medidas adoptadas pelo Instituto da Água e pela Comissão de Acompanhamento.-----

-----TRANSPORTES PÚBLICOS - O mesmo Autarca chamou a atenção para que a paragem de autocarros na Rua Cinco de Outubro, em Almeirim, não reúne as condições necessárias para que jovens e crianças aguardem o autocarro e que a Câmara deve intervir junto da concessionária, a fim de solucionar a falta de meios de segurança que representa aquela paragem.-----

-----A Sr^a Vereadora Manuela Cunha acrescentou a sua sugestão que a paragem da Rua Cinco de Outubro fosse interditada, bem como a passagem de autocarros pela mesma rua, pois seria a única maneira de obrigar Rodoviária do Tejo a utilizar o Centro Coordenador de Transportes Terrestres para os fins para que foi construído e, visto que há transportes urbanos, não ficaria prejudicado o acesso dos passageiros ao Centro Coordenador. Esta proposta já foi apresentada por si há dois anos, visando a segurança dos utentes.-----

-----ANÁLISES DE ÁGUA - A Sr^a Vereadora Manuela Cunha disse que na passada reunião foram entregues as análises da água de consumo humano reportadas ao ano de dois mil e quatro e ficou a aguardar as análises respeitantes a dois mil e cinco. Entretanto, do processo entregue, constatou a resposta da Câmara ao IRAR, na qual se justifica com a aposentação do Eng^o André Galego como causa da falta do envio das análises. Depois de verificar, concluiu que o funcionário se aposentou cerca do mês de Fevereiro de dois mil e três. Se esta desculpa pode servir ao

IRAR, para quem conhece a situação já tem dificuldade em aceitá-la. Do ponto de vista político, a responsabilidade é da Câmara, mas pretende saber a quem o então Vereador Domingos Martins passou a responsabilidade pela execução do serviço, pois a situação de incumprimento reporta-se a um ano depois da aposentação do Engº Galego, o que não iliba a responsabilidade daquele Vereador. Segundo a previsão da lei, a Câmara será sancionada com uma coima de quatrocentos a quarenta e quatro mil euros, pelo que alguém terá de ser chamado a responder por um comportamento que defrauda o erário público.-----

-----O Sr. Vice-Presidente fez entrega das análises de água respeitantes a dois mil e cinco e respondeu que não foi possível compilar todos os elementos para entrega na passada reunião. Dos elementos pode-se constatar que a Câmara cumpriu todas as formalidades impostas quanto ao controlo de qualidade da água e só não fez a comunicação ao IRAR, pelo que a questão não tem uma gravidade tão acentuada.-----

-----O Sr. Vereador Pedro Ribeiro salientou que as análises de água são efectuadas por um laboratório público, da Administração Regional de Saúde de Santarém, o que é uma garantia em matéria de saúde pública, estão disponíveis e são afixadas para consulta e a falta de cumprimento é tão só do envio dos resultados a uma outra entidade. Realçou o facto de estarem hoje a ser distribuídas as análises respeitantes ao ano de dois mil e cinco, que só poderiam ser disponibilizadas a partir de Março, pelo que não vale a pena complicar por uma pequena falha.-----

A Sr^a Vereadora Manuela Cunha disse compreender as intenções subjacentes à intervenção do Sr. Vereador Pedro Ribeiro, mas se as análises de água começaram a ser afixadas foi graças à sua intervenção, no mandato anterior. A pequena falha de procedimento é o cumprimento de uma norma legal. Há falha e tem de haver responsabilização. Ou não há nenhum responsável? A culpa tem de morrer sempre solteira? É isto que dá uma má imagem da função pública e por isso deve ser apurado quem falhou e deve ser responsabilizado. O IRAR diz no relatório que telefonou várias vezes e ninguém deu resposta.-----

-----PAÇO REAL DE PAÇO DOS NEGROS - A Sr^a Vereadora Manuela Cunha, frisando que haverá público a intervir a propósito de uma situação no Pórtico do Paço Real de Paço dos Negros, manifestou a preocupação dos moradores daquela localidade pelos movimentos de terras próximos do Pórtico, em zona que, segundo a resposta do IPPAR, faz parte da zona de protecção daquele património histórico. E devido a esta situação veio a ter conhecimento que o IPPAR, em tempos, se propôs classificar o Pórtico, vindo mais tarde a revogar a sua proposta de classificação e remetido à autarquia a possibilidade de classificar aquele património de âmbito concelhio, do que o executivo não foi informado. Foram adquiridos dois terrenos no local a fim de configurar uma zona de protecção e houve consenso unânime na necessidade de preservar o local. Nas vésperas das últimas eleições foi lá colocado um palco que é um insulto ao património e agora, perante os movimentos de terras, foi ao serviço de obras particulares recolher informações e foi informada que não deu entrada nenhum pedido, pelo que quer saber se há pedido ou autorização para remover os solos. Para além disso, aquela zona está classificada como zona de interesse arqueológico na Carta Arqueológica do PDM, pelo que é uma zona non aedificandie qualquer construção a efectuar actualmente consubstancia uma violação clara do PDM. Quer ainda saber por que razão este executivo nunca foi informado da intenção do IPPAR nem da sua alteração de posição, porque nunca accionou a Câmara a classificação do imóvel e quer saber quem é o proprietário do terreno que procede ao movimento de terras.---

-----O Sr. Vice-Presidente respondeu que é a primeira vez que ouve falar em aterro junto ao Pórtico de Paço dos Negros, não tem conhecimento de qualquer pedido para o efeito para essa zona de interesse arqueológico e, com certeza, a Câmara fará cumprir a lei.-----

-----**ORDEM DO DIA**-----

-----ACTA - O Sr. Vice-Presidente fez entrega aos membros do executivo de cópias da acta da reunião de trinta de Janeiro

passado.-----

-----**1 - OBRAS PARTICULARES**-----

-----PROJECTOS DE ARQUITECTURA - O Sr. Vice-Presidente deu conhecimento dos despachos de deferimento proferidos pelo Sr. Presidente em projectos de arquitectura respeitantes aos processos de obras abaixo indicados, ao abrigo da delegação de competências:-----

-----José Carlos Marques da Costa, duzentos e sessenta de dois mil e um; Maria Pereira Alves, duzentos e setenta e sete; Álvaro Roque Ferreira, trezentos; Francisco Correia Baptista & Filhos, Lda, trezentos e três; Rosaria Fernandes Ferreira Tomé, trezentos e doze; Maria Nazaré Fidalgo dos Santos, trezentos e treze; e Manuel Luzia Guardiano, trezentos e vinte e um, todos de dois mil e cinco.-----

-----PROJECTOS GLOBAIS - O Sr. Vice-Presidente deu conhecimento dos despachos de deferimento proferidos pelo Sr. Presidente em sede de projectos globais respeitantes aos processos de obras a seguir designados, ao abrigo da delegação de competências:-----

-----Vitor Manuel Desterro Cunha, cento e oito de dois mil; Júlio da Silva Talhão & Filhos, Lda, cento e três de dois mil e um; Shell Gás (LPG), SA, cento e setenta e quatro de dois mil e três; Gonçalo Luís Fernandes Ferreira, trezentos e nove A de dois mil e três; Carvalho & Rainha, Lda, noventa e oito A de dois mil e quatro; Sérgio Almeida Roxo Apolinário, duzentos e cinquenta e nove de dois mil e quatro; António Martins & Elisabete, Actividades Hoteleiras, Lda, cento e quinze; Lidónio & Caniço - Construção Civil, Lda, cento e quarenta e um A; MAJETAL - Sociedade de Comercialização e Gestão Imobiliária, Lda, cento e quarenta e cinco; Hortopaços - Cooperativa Agrícola e Comercialização, cento e setenta e quatro; Inês Santos Monteiro ferreira, duzentos e dezasseis; Euclides Marques de Brito e Silva, duzentos e sessenta e seis; Amílcar da Silva Ribeiro, duzentos e cinquenta e oito; Maria Deolinda Evaristo

Silva Mendes Maria, duzentos e setenta e três; Francisco Correia Baptista & Filhos, Lda, trezentos e três; Hélder António Jesus Batalha, trezentos e sete; João Tomás Veríssimo de Almeida, trezentos e dez; Domingos Manuel Monteiro Martins, trezentos e vinte e quatro, todos de dois mil e cinco; e CONSTRALME - Construção Civil e Obras Públicas, Lda, números treze, catorze, quinze, dezasseis e dezassete, todos de dois mil e seis.-----

-----A Srª Vereadora Manuela Cunha disse que a relação de processos de obras deferidos em delegação de competências não fornece elementos essenciais e pretende que, doravante, os processos invocados sejam completados com a localização das obras.-----

-----**5 - DELIBERAÇÕES DIVERSAS**-----

-----EXECUÇÕES FISCAIS - O Sr. Vice-Presidente apresentou o seu Despacho de nomeação de Teresa Isabel Matos Alexandre para exercer as funções de escritã das Execuções Fiscais, cabendo-lhe substituir Maria João André Escrevente, que igualmente fica nomeada escritã do mesmo serviço, do qual se mantém responsável a Chefe de Repartição Graciete Romão. Dado que, por necessidade de serviço, as funcionárias já vinham exercendo estas funções, a nomeação considera-se reportada ao início do presente mandato.--

-----À funcionária Teresa Alexandre competirá igualmente, a par com a segunda, todo o restante serviço da secção.-----

-----O executivo concordou com o Despacho.-----

-----CONSUMO DE ÁGUA - Foi presente a informação do Serviço de Águas comunicando que o contador de água instalado na Junta de Freguesia de Benfica do Ribatejo, para consumos destinados a regas do exterior, encontra-se retirado da zona de cobrança desde Julho de dois mil e quatro e, por lapso dos serviços, foi emitida facturação nesse mês, de noventa e três euros e quarenta e sete cêntimos, que se encontra em execuções fiscais.-----

-----A Câmara deliberou anular a facturação.-----

-----REFEITÓRIO - Na deliberação que segue não participou a Sr^a
Vereadora Joana Silvestre, por se considerar legalmente
impedida.-----

-----Foi presente a carta do Orfeão de Almeirim solicitando a
oferta de uma refeição para cinquenta pessoas, no Refeitório
Municipal, por ocasião do Concerto da Primavera, que se
realizará a dois de Abril.-----

-----A Câmara deliberou deferir o pedido.-----

-----TRANSFERÊNCIAS - A pedido das respectivas entidades, a
Câmara deliberou conceder as seguintes transferências
financeiras:-----

-----Ao Hóquei Clube Os Tigres, para inscrição da equipa de
pesca desportiva no campeonato nacional da primeira divisão -
duzentos e quarenta e dois euros e cinquenta cêntimos; e
Comissão Organizadora do Carnaval de Benfica do Ribatejo, para o
Curso Carnavalesco deste ano - mil cento e vinte e cinco euros.-

-----CARNAVAL DE ALMEIRIM - O Sr. Vereador José Carlos Silva
referiu, com relação ao Carnaval de Almeirim de dois mil e seis,
e atendendo às restrições financeiras que afectam todos os
serviços públicos, que para este ano se prevê uma redução de
despesas em mais de dois terços, relativamente ao ano passado.
Porque estas festividades já têm tradição no Concelho, pretende-
se uma real participação de todas as pessoas, para que façam o
seu próprio Carnaval e se divirtam à boa maneira tradicional, na
Zona Norte, no domingo e no Jardim da República, na terça-feira
de Entrudo. A Câmara pagará o som de rua, o policiamento e os
grupos musicais e, naturalmente o mais importante, irá apelar à
participação de toda a população.-----

-----A Câmara concordou.-----

-----CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - Foi presente a relação de
representantes no Conselho Municipal de Educação deste Concelho,
Excelentíssimos Srs:-----

-----Dr. José Joaquim Gameiro de Sousa Gomes, Presidente da Câmara Municipal de Almeirim, Dr. Armindo Castelo Bento, Presidente da Assembleia Municipal de Almeirim, Vereadora Maria Joana Vidinha Batista e Morais Silvestre, da Câmara Municipal de Almeirim, entidade a designar como Coordenador Educativo da Lezíria do Tejo; Engenheiro Manuel Bastos Martins, da Junta de freguesia de Fazendas de Almeirim; Dr. Joaquim Borda D'Água, da Escola Secundária da Marquesa de Alorna; Professora Elvira Maria Martins Fonseca do Agrupamento Vertical de Escolas de fazendas de Almeirim; Educadora Lobélia Martins Figueiredo do Agrupamento de Escolas Febo Moniz; Dr^a Lúgia Oliveira, do Centro Distrital de Segurança Social; Dr. José Manuel Rato da Santa Casa da Misericórdia de Almeirim; Dr^a Ana Simões, do Centro de Saúde de Almeirim; Dr^a Catarina Campos do Centro de Emprego de Santarém; D. Ana Catarina Mega Ribeiro do Instituto da Juventude; Comandante Rui Ramos das Neves, do Posto da G.N.R. de Almeirim; D. Ana Margarida Silva, da Associação de Pais dos Alunos do Ensino Oficial de Almeirim; D. Zilda Maria Flauzino Apolinário, da Associação da Pais de Fazendas de Almeirim; Andreia Sofia Martins Sequeira, da Escola Secundária da Marquesa de Alorna - Associação de Estudantes.-----

-----A Sr^a Vereadora Manuela Cunha manifestou estranheza porque só agora é proposto à Câmara a nomeação do Conselho Municipal de Educação, a ser proposto à Assembleia Municipal e o Conselho já reuniu e foi forçado a aprovar a Carta Educativa.-----

-----A Sr^a Vereadora Joana Silvestre disse que, com a alteração do executivo deve ser aprovada a nova composição do Conselho e a reunião do anterior órgão consultivo, na qual foi apenas entregue a Carta Educativa.-----

-----O Sr. Vereador Pedro Pisco dos Santos perguntou porque não está prevista a participação da Comissão de Menores, que seria útil em caso de jovens em risco, ao que a Sr^a Vereadora Joana Silvestre esclareceu que muitos elementos que integram o Conselho participam igualmente da Comissão de Menores.-----

-----A Sr^a Vereadora Manuela Cunha fez entrega do seu requerimento solicitando lhe seja fornecida a última proposta da

Carta Educativa para o Concelho de Almeirim, acrescentando o pedido verbal de urgência.-----

-----A Câmara deliberou aprovar a composição do Conselho Municipal de Educação, por unanimidade.-----

-----Às dezasseis horas saiu o Sr. Vereador Pedro Ribeiro.-----

-----REGULAMENTO PARA A CONCESSÃO DE BOLSAS DE ESTUDO - Foi presente o projecto de regulamento em título, previamente distribuído a todos os autarcas, ao qual o Sr. Vereador Pedro Pisco dos Santos fez alguns reparos de ordem legal, relativamente aos Artigos primeiro e quarto.-----

-----A Sr^a Vereadora Manuela Cunha solicitou que, em caso de introdução de alterações a anterior clausulado, que sejam apresentadas com tratamento diferenciado, sobre o antigo texto.-

-----O Sr. Vice-Presidente propôs a retirada deste assunto da Ordem de Trabalhos e deliberou agendar a discussão do projecto de regulamento para a próxima reunião.-----

-----ORGANISMOS GENETICAMENTE MODIFICADOS - Foi submetida à apreciação a proposta da Sr^a Vereadora Manuela Cunha, do seguinte teor:-----

-----"PROPOSTA RELATIVA AO CULTIVO DE OGM's-----
-----Considerando que:-----

-----A possibilidade de cultivo de variedades geneticamente modificadas(OGM's) em Portugal foi regulamentada pelo Decreto-Lei cento e sessenta/dois mil e cinco, sem que tivesse ocorrido um efectivo debate sobre a s consequências de tal decisão com todas as partes interessadas, nomeadamente os produtores agrícolas, os consumidores e as autarquias;-----

-----A necessidade de regular a coabitação entre as culturas OGN's e as culturas tradicionais advem do reconhecimento da irreversibilidade da contaminação genética provocada por culturas de organismos geneticamente modificados;-----

-----A comunidade científica internacional mostra-se dividida quanto à inocuidade do cultivo e consumo de plantas OGM's e das

consequentes implicações para a saúde e para o ambiente;-----
-----A falta de informação, o desconhecimento generalizado sobre esta matéria, existente entre os agricultores, a difícil fiscalização das transgressões à regulamentação;e a não definição de fundos de compensação em caso de contaminação, deixam os agricultores numa posição muito fragilizada;-----
-----Segundo as estatísticas oficiais mais recentes, noventa e cinco por cento dos europeus quer ter o direito de não consumir transgénicos, oitenta e seis pretende mais informação sobre os OGM's e setenta e um por cento simplesmente não quer quaisquer transgénicos no seu ambiente ou na sua alimentação;-----
-----A agricultura desempenha, ainda hoje, um papel muito importante na economia e no bem-estar do Concelho, com produções com fama a nível nacional (tomate, melão, vinha)que pode vir a ser ameaçada pela coabitação com cultivos OGM's;-----
-----A possibilidade reconhecida pela própria legislação de existência de Zonas Livres de OGM's;-----
-----Proponho que, ao exemplo do que aconteceu em muitos outros Municípios deste País:-----
-----1-A Câmara Municipal delibere declarar o Conselho de Almeirim Zona Livre de OGM's.-----
-----2-A Câmara Municipal delibera dar todo o seu apoio a iniciativas, no sentido de promover o esclarecimento e o debate sobre esta matéria.-----
-----A Sr^a Vereadora defendeu a sua proposta justificando que este é um tema que tem levantado controvérsia entre as comunidades políticas e científicas e o que a levou a trazer este assunto ao executivo foi o Governo ter no ano passado legislado no sentido de permitir o cultivo de OGM, que, por enquanto se restringe ao milho, mas alcançará outras espécies. A contaminação biológica por OGM é irreversível e, embora o cultivo dependa de autorização dos vizinhos da plantação, pelo ar, águas e solos, é impossível detê-la, afectando outras culturas. A lei aprovada não estabeleceu compensações por danos ambientais nem definiu zonas livres de transgénicos, embora os consumidores europeus desconfiem dos OGM, o que deve justificar

a maior precaução. Sugere, por isso que o Concelho de Almeirim se declare zona livre de transgénicos, em defesa dos produtos regionais e como forma de pressionar o legislador, porque, seguramente, a introdução de OGM pode afectar a imagem do tomate e do melão de Almeirim. Trata-se de uma tomada de posição simbólica, em defesa dos nossos produtos, atentados os enormes riscos em termos de biodiversidade.-----

-----O Sr. Vereador Pedro Pisco dos Santos referiu que se trata de uma posição política em defesa do nosso património, destinada apenas a marcar uma posição.-----

-----O Sr. Vice-Presidente salientou que concorda com as preocupações expressas, porém confia nas instituições científicas e acrescentou que esta posição lhe lembra o movimento ZLAN (Zonas Livres de Armas Nucleares), como se a declaração de um município se pudesse sobrepor a um processo global. Partilha das preocupações expressas mas não pode concordar com tal medida, que denotaria um provincianismo que não comunga. Contrariamente ao que é afirmado, considera que a posição do Governo, expressa no Decreto-Lei número cento e sessenta de dois mil e cinco, vai bastante ao encontro do parecer do Conselho Nacional do Ambiente sobre o assunto.-----

-----A Sr^a Vereadora Manuela Cunha disse que a sua proposta se refere ao cultivo de OGM e depende da vontade do Município aceitar ver contaminada grande parte das suas produções. Almeirim está a defender as suas imagens de marca, como com a pesquisa genética do melão autóctone, e depois aceita entrar por um caminho que agride a imagem das suas produções.-----

-----O Sr. Vice-Presidente respondeu que não vê a eficácia da medida que se propõe implementar e, pelos argumentos aduzidos, confirma a ideia de que é a nível nacional que a defesa das culturas tradicionais deve ser bem articulada, não vislumbrando a consequência útil de uma declaração de um município.-----

-----Submetida à votação a proposta foi a mesma reprovada, com uma abstenção do Sr. Vereador Pedro Pisco dos Santos, um voto a favor, da proponente e três votos contra dos Srs. Vice-Presidente e Vereadores Joana Silvestre e José Carlos Silva.-----

-----A Sr^a Vereadora Manuela Cunha justificou: «voto a favor, como é óbvio e manifesto a minha estranheza e, tendo consciência do valor simbólico da medida, reconheço o seu valor a nível de pressão junto do Governo português para que tome as medidas adequadas nesta matéria, a qual medida, apesar de ter um valor simbólico, tem sido muito utilizada como estratégia por esta e outras autarquias quando querem pressionar o Governo a aprovar normas justas, como por exemplo, certas medidas previstas no Orçamento de Estado. Para além do simbolismo reconhecido, não deixaria esta medida de primar pela justeza, pois caberia à autarquia de um Concelho eminentemente provinciano, pela sua grande ligação ao mundo rural e às preocupações desse mundo, acautelar o futuro dos agricultores deste Concelho e a imagem de qualidade dos seus produtos, que tem sido bandeira do Concelho de Almeirim a nível nacional, de que são exemplo o tomate e o melão».

-----O Sr. Vice-Presidente salientou que votou contra a Proposta, em função da ineficácia que lhe reconhece e, considerando que este é um assunto que preocupa todos, entende que o tratamento deste tema deve ser feito a nível nacional e sob o ponto de vista científico, para que a futura implementação respeite os parâmetros que vierem a ser entendidos adequados à protecção de espécies, de consumidores bem como da economia dos produtores. Por parte da Câmara há uma disponibilidade total para promover debates e divulgação de factos junto dos agricultores de todo o Concelho.

-----A Sr^a Vereadora Joana Silvestre disse subscrever esta declaração.

-----O Sr. Vereador Pedro Pisco dos Santos declarou que, muito embora considere legítima a preocupação da sua colega da CDU, trata-se de um problema que será resolvido em sede da Comissão Europeia respectiva, que terá em conta na introdução de transgénicos elementos tão diversos como a protecção de espécies autóctones, saúde pública e economia. Uma deliberação de uma Câmara Municipal não tem a eficácia jurídica e política que se pretende alcançar com a proposta. No entanto, porque existe

enquadramento legal, julga que, em sede própria, deverá a Câmara Municipal de Almeirim tomar posição relativamente à preocupação aqui levantada relativamente a esta região agrícola, com vista a defender os seus produtos de qualidade, nomeadamente, o melão "provinciano".-----

-----TRANSPORTES URBANOS DE ALMEIRIM - A Sr^a Vereadora Manuela Cunha fez a apresentação da sua Proposta de Expansão do Serviço do TUA, do seguinte teor:-----

Proposta de expansão do serviço do TUA-----

-----"Considerando que a aquisição de um segundo autocarro para serviço dos Transportes Urbanos de Almeirim vem permitir a expansão da área coberta por este serviço municipal, mas também poderá, se o percurso for devidamente equacionado contribuir para reduzir as distâncias e consequentemente o tempo de percurso entre as paragens já existentes e outras que venham a ser criadas. A oferta aos cidadãos sairá assim melhorada o que contribuirá, sem dúvida, para uma maior utilização deste transporte, uma melhor mobilidade e um melhor ambiente na cidade.-----

-----Considerando que a optimização deste serviço, com os dois autocarros hoje existentes devem assentar na definição de algumas prioridades, tais como servir zonas muito frequentadas por idosos e crianças, favorecer e incentivar a frequência de certos espaços municipais, (mercado, cine-teatro, jardins...), facilitar o acesso a certos serviços e quebrar o isolamento de certas zonas mais periféricas da Cidade:-----

-----Neste sentido proponho que:-----

-----1- A expansão da área coberta e a criação de novas paragens:-----

-----Na Igreja (muito frequentada por idosos);-----

-----Na zona das Escolas Velhas/Mercado Municipal (próxima de várias instalações que dão apoio a crianças, do mercado, do Jardim da República, do Cine-Teatro, Bancos e Farmácias).-----

-----Na zona de S. Roque e Charco-----

-----2- Que seja equacionado e estudado em alternativa à criação

de dois percursos independentes para cada viatura, o aumento do percurso actual já existente, nomeadamente para as áreas propostas no ponto anterior a criação de um percurso inverso para o segundo autocarro.-----

-----Esta proposta tem várias vantagens que devem ser devidamente ponderadas:-----

-----Redução do tempo real de deslocação (inversão) no percurso já existente, mesmo com o aumento do actual percurso o que será sem dúvida um facto importante para consolidar os utilizadores actuais e atrair outros;-----

-----Poupança na colocação de marcadores de paragens, visto que, ao exemplo do que é praticado por certas transportadoras, a paragem contrária fica localizada em frente da outra sem necessidade de marcação específicas como noutros meios de transporte. Uma situação que em zonas de passagem com pouco espaço, evita a colocação de um obstáculo"-----

-----Referiu a proponente que a presente proposta não visa uma deliberação imediata, mas antes que a Câmara ouça o executivo no seu todo antes de tomar deliberações. A sua proposta discorda da posição do Sr. Presidente e acrescentou que o segundo autocarro está a substituir o primeiro, que está avariado, o qual, desde que foi adquirido, passa mais tempo na oficina que em circulação. Sugeriu que, se vier a ser adquirido um terceiro, se pense bem na marca, já que estes dois são da mesma marca, perguntando porque não se accionou a garantia, que deve estar válida.-----

-----O Sr. Vereador José Carlos Silva respondeu que o primeiro autocarro Mercedes tem problemas de transmissão que até agora não conseguiram resolver, encontrando-se ainda em período de garantia. O novo autocarro está a substituir o primeiro e pretende-se apurar se o problema não se repete pois, caso contrário, não será aceite.-----

-----A Sr^a Vereadora Manuela Cunha disse que a Câmara está a ser prejudicada em possíveis rendimentos financeiros e sociais, porque deveriam já estar a ser utilizados dois autocarros. Quanto ao percurso, o Sr. Presidente defendeu em opinião

publicada na imprensa, que o novo autocarro tenha um percurso autónomo do primeiro. A proponente, enquanto utilizadora, não acredita que nenhum cidadão do nosso Concelho venha de Fazendas de carro, estacione no Parque das Tílias e pague bilhete de autocarro para fazer o resto do percurso de autocarro; o utente prefere pagar parquímetro no centro da cidade. Por isso, é fundamental encurtar percursos e é nesse sentido que propõe paragens que sirvam a Igreja, a zona do Mercado, S. Roque, Charcos e zona dos restaurantes e que o segundo autocarro faça o percurso contrário do primeiro, o que pouparia tempo aos cidadãos. Acrescentou ainda que junto ao Modelo o autocarro faz uma paragem envergonhada, isto é, só para se os utentes pedirem.

-----O Sr. Vereador José Carlos Silva respondeu que para haver paragem junto ao Modelo há ainda condições a cumprir e, quanto ao conteúdo da proposta, os serviços também estão a desenvolver um estudo em função das necessidades dos utentes, conjugado com os pareceres de peritos da área. Para além dos pontos focados pela Sr^a Vereadora e que já se encontram em estudo, está também em análise o transporte público no bairro da Tróia. A intervenção do Sr. Presidente referia-se a um processo a exemplo do realizado em Évora, com a redução em cinquenta por cento na utilização de parques de estacionamento.-----

-----O Sr. Vereador Pedro Pisco dos Santos salientou que é preocupante o estacionamento em Almeirim, bem como o trânsito em horas de ponta e aconselhou a rever a situação de circulação na Tróia.-----

PERÍODO DO PÚBLICO

-----No Período do Público usou da palavra o Sr. Dr. Manuel da Conceição Evangelista que disse estar indignado como investigador e homem da cultura, perante o parecer do IPPAR que aconselha a classificação do Pórtico de Paço dos Negros como monumento de interesse municipal, que a Câmara nada tenha feito nesse sentido e que permita a particulares a destruição do património histórico. Disse que já houve delapidação a mais no

local, nos anos quarenta demoliram o Moinho dos Frades, dado pelo rei D. Sebastião aos frades do Convento da Serra e depois destruíram corredores de cerca de cinquenta metros de azulejos. Já Santana Dionísio, quando se deslocou ao local em mil novecentos e vinte e sete, descobriu dois montes de escórias de fundição, que possivelmente está no terreno que estão a soterrar. No ano passado o Dr. Eurico Henriques descobriu a oitocentos metros uma ponte romana. É preciso pôr no local arqueólogos, no entanto a Câmara age como se nada acontecesse. Um outro proprietário de terrenos adjacentes e que já ofereceu terreno para um parque de merendas, está disposto a oferecer o restante, desde que se destine à preservação do património histórico existente em Paço dos Negros. Já assistiu ao aterro efectuado por camiões de grande porte e os moradores queixam-se de movimento tardio de viaturas. De sua parte demarca-se da posição que a Câmara vier a tomar, se continuar a permitir aquele atentado, nem espera qualquer resposta, porque não quer perder tempo com política.-----

-----A Sr^a Vereadora Manuela Cunha propôs o aditamento de mais um ponto à Ordem de Trabalhos, no sentido que a Câmara delibere que vai pôr em andamento o processo de classificação do Pórtico, como o IPPAR aconselha.-----

-----O Sr. Vice-Presidente disse que só agora tomou contacto com o assunto e, quanto ao processo de classificação, necessita previamente conhecer toda a sua envolvência.-----

-----O Dr. Evangelista acrescentou ter conhecimento das obras há uma semana, enviou um mail para a Câmara, que foi recebido e o segundo mail já não entrou.-----

-----O Sr. Vereador Pedro Pisco dos Santos, assumindo a sua convicção de que a Câmara vai usar dos procedimentos legais ao seu alcance para repor a legalidade, propôs que o assunto seja agendado para a próxima reunião, a fim de permitir a análise de todo o processo.-----

-----O Sr. Dr. Evangelista, que fez questão de deixar memória em acta das suas afirmações, referiu que nos anos sessenta, foi encontrada uma escada que descia para o terreno dum particular e

que, por falta de condições de investigação, voltou a ser soterrada.-----

-----A Sr^a Vereadora Manuela Cunha afirmou a necessidade de avançar rapidamente.-----

-----Usou da palavra o Sr. Manuel Maria Cipriano que disse já ter dado uma parcela de terreno com a condição de se destinar à classificação do património local, a fim de patrocinar enriquecimento cultural e turístico para Paço dos Negros e está disposto a dar mais terreno, para esse efeito ou para um lar de idosos, já que a sua pequena agricultura não é rentável. Não está de acordo que particulares lá vão plantar árvores prejudiciais aos residentes e com risco de incêndio.-----

-----O Sr. Dr. Eurico Henriques, que enquanto elemento da Associação de Defesa do Património Histórico e Cultural fez estudos no local, referiu que em termos arqueológicos o local é mais importante do que como demarcação da presença real e há elementos a avaliar com discrição, para evitar vandalismo.-----

-----Às dezassete horas e dez minutos foi encerrada a reunião.--

-----E eu, _____, Chefe de Repartição desta Autarquia, elaborei a presente acta, que mandei lavrar e subscrevi a qual vou assinar com o Senhor Vice-Presidente.-----

O Sr. Vice-Presidente da Câmara

A Chefe de Repartição
